



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO: ACHADOS DA LITERATURA SOBRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM BENTO GONÇALVES/RS

Gabrieli Barbosa Barbieri¹

Wallace Kassio Ramos²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, variando de acordo com cada indivíduo. A inclusão escolar de estudantes com TEA no ensino fundamental, especialmente na rede pública, ainda representa um grande desafio. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os principais achados da literatura acadêmica sobre a inclusão de estudantes com TEA, com ênfase no contexto do município de Bento Gonçalves/RS. Justifica-se pela necessidade de compreender como as escolas públicas têm enfrentado essa realidade e quais são os principais obstáculos e avanços identificados na produção científica sobre o tema. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, com levantamento de livros, artigos científicos e documentos legais que tratam da educação inclusiva e do autismo, especialmente no cenário brasileiro. Os resultados encontrados evidenciam que, embora haja avanços legais e maior visibilidade do TEA, persistem dificuldades como a falta de formação específica dos professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a inadequação da estrutura física e institucional das escolas. Além disso, observa-se a importância da sensibilização e do compromisso da comunidade escolar para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Conclui-se que a inclusão efetiva de estudantes com TEA exige não apenas adequações estruturais, mas também mudanças nas práticas pedagógicas, no olhar docente e no apoio institucional contínuo, especialmente no contexto da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Educação Especial. Ensino Fundamental. Formação de Professores.

1 INTRODUÇÃO

¹ Estudante de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Bento Gonçalves. Curso de Licenciatura em Pedagogia. E-mail: gabrielibarb0@gmail.com

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Bento Gonçalves. E-mail: wallace.ramos@bento.ifrs.edu.br

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos grandes compromissos da educação atual e, ao mesmo tempo, um desafio constante para escolas, professores e políticas públicas. Com a criação de marcos legais importantes, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o direito à educação inclusiva no Brasil passou a ser mais reconhecido e exigido. No entanto, garantir esse direito vai além da matrícula: implica acolher o aluno em sua singularidade, rever práticas pedagógicas e promover um ambiente que valorize a diversidade humana.

Do ponto de vista pedagógico e social, a inclusão é vista como uma oportunidade para que diferentes sujeitos compartilhem saberes e experiências. Vygotsky (1998) entende que o aprendizado se dá por meio da interação com o outro e, é justamente na convivência e nas trocas sociais, que cada indivíduo pode se desenvolver. Ao invés de tratar as diferenças como barreiras, o autor propõe que estas sejam compreendidas como recursos que enriquecem a aprendizagem coletiva.

Nesse mesmo caminho, Mantoan (2003) chama atenção para a necessidade de uma mudança estrutural nas escolas. Para ela, a inclusão não deve ser entendida como uma simples inserção de alunos com deficiência no sistema regular, mas como uma transformação na forma como a escola se organiza, ensina e acolhe. O desafio, segundo a autora, está em abandonar modelos rígidos e excludentes e adotar práticas que respeitem o ritmo e as necessidades de todos os estudantes.

A perspectiva relacional e afetiva também é essencial nesse processo. Maturana (2001) destaca que a aprendizagem acontece nas relações humanas, no cotidiano das interações. Ao afirmar que “todo fazer é um fazer no conviver” (p. 32), o pesquisador nos lembra que ensinar não é apenas transmitir conteúdo, mas reconhecer o outro e estabelecer vínculos significativos. No caso de alunos com TEA, que muitas vezes apresentam formas singulares de comunicação e socialização, esse reconhecimento é ainda mais fundamental.

A inclusão só se concretiza quando há compromisso coletivo e condições reais para que ela aconteça. Como observa Mecnas (2016), o professor ocupa um lugar central nesse processo e precisa ser apoiado com formação adequada, políticas públicas consistentes e suporte da gestão escolar. Discutir a inclusão de alunos com TEA, portanto, é também refletir sobre que tipo de educação queremos construir: uma educação democrática, afetiva e que valorize as particularidades de cada sujeito.

A escolha por estudar a inclusão de crianças com TEA em escolas regulares surgiu da necessidade de entender como garantir o direito de todos à educação, respeitando as

diferenças de cada aluno. Hoje, muitas escolas enfrentam o desafio de atender esses estudantes, que têm necessidades específicas, o que exige não só mudanças físicas na escola, mas principalmente uma mudança na forma como os professores e gestores pensam e agem no dia a dia.

Durante a vivência acadêmica, ficou claro que muitos professores querem ajudar, mas não se sentem preparados para lidar com as características do TEA. Isso acontece porque faltam oportunidades de formação e o suporte necessário para aprenderem a trabalhar de forma mais eficaz e inclusiva. A formação dos professores precisa ir além do conhecimento técnico, também deve despertar a sensibilidade para entender e valorizar a diversidade presente em cada turma.

Além disso, a formação inicial dos professores, na maioria dos cursos, dedica pouco tempo ao tema da inclusão, muitas vezes como uma disciplina opcional. Isso faz com que muitos futuros docentes não estejam prontos para atender a diversidade nas escolas, vendo alunos com necessidades especiais como um problema, o que acaba dificultando a inclusão verdadeira.

Mais do que técnicas, é fundamental que os professores tenham uma postura humana, respeitando cada criança como única, com direito a participar do processo de aprendizagem e socialização de forma plena e digna.

Sendo assim, esta pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: como ocorre a inclusão de estudantes com TEA no município de Bento Gonçalves? Assim, o estudo se conecta ao tema e aos objetivos propostos, reforçando a importância de analisar os desafios e as possibilidades para a inclusão desses alunos, com o intuito de apoiar os professores e contribuir para a melhoria das práticas inclusivas no município.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os desafios, experiências e propostas relacionadas à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental do município de Bento Gonçalves, a fim de identificar práticas que possam subsidiar e fortalecer a atuação de professores na construção de uma educação inclusiva. Especificamente, busca-se investigar como se dá a inclusão de alunos com TEA nas escolas da rede pública do município; identificar os principais desafios enfrentados por professores e instituições no processo de inclusão; e compreender de que forma a Lei Berenice Piana tem sido aplicada no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os principais achados da literatura científica e acadêmica sobre os desafios, barreiras e possibilidades relacionados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental, com ênfase no contexto da rede pública do município de Bento Gonçalves/RS.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais profunda dos desafios e experiências relacionados à inclusão de estudantes com TEA no ensino, especialmente no que se refere à atuação docente nesse processo. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória permite maior familiaridade com o problema, enquanto a descritiva objetiva observar, registrar e analisar fenômenos sem manipulá-los. Para Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa descritiva visa descrever características de determinada população ou fenômeno, sendo essencial para estudos sociais. Já Minayo (2001) destaca que a abordagem qualitativa é indispensável quando se pretende compreender significados, relações e a subjetividade dos sujeitos envolvidos.

O trabalho fundamenta-se em uma referência bibliográfica, construída a partir da análise de fontes secundárias, como livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações pertinentes ao tema. A seleção do referencial teórico buscou autores reconhecidos nas áreas de educação inclusiva, psicologia e estudos sobre o desenvolvimento humano, destacando-se nomes como Mantoan, Bosa, Mittler e Stainback, cujas contribuições são amplamente referenciadas na literatura especializada.

A coleta do material bibliográfico foi realizada por meio de livros e também plataformas acadêmicas e bases de dados de acesso público e científico, entre elas: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para refinar as buscas, foram utilizadas palavras-chave específicas, tais como: “inclusão escolar”, “Transtorno do Espectro Autista”, “educação inclusiva”, “formação docente”, “prática pedagógica” e “ensino fundamental”.

Os critérios de seleção priorizaram publicações produzidas entre os anos de 2010 e 2025, considerando a atualidade e a relevância dos conteúdos. Foram analisados, preferencialmente, artigos científicos, teses, livros acadêmicos e documentos oficiais que dialogam diretamente com o tema central do estudo.

Durante o processo de pesquisa, constatou-se a dificuldade de encontrar materiais específicos sobre a inclusão de alunos com TEA na rede municipal de ensino de Bento Gonçalves/RS. Não foram localizados artigos científicos que tratassem diretamente da realidade local, apenas recortes de jornais e reportagens, muitas vezes com falas de

autoridades ou breves registros de situações pontuais, mas sem aprofundamento contextual ou respaldo acadêmico. Essa escassez revela uma lacuna importante no campo de estudos e reforça a necessidade de ampliação da produção científica voltada à inclusão escolar no município.

Apesar disso, as reportagens encontradas desempenharam um papel relevante na construção deste trabalho. Algumas abordavam projetos de lei introduzidos no município e trouxeram à tona debates importantes, como a falta de monitores para crianças com TEA e a escassez de profissionais especializados nas escolas públicas. Essas fontes, ainda que jornalísticas, serviram como incentivo para a escrita da pesquisa, evidenciando a urgência do tema e a necessidade de maior mobilização em torno da causa da inclusão.

Nesse sentido, considera-se como proposta para uma futura pós-graduação a realização de um levantamento de campo, por meio da aplicação de questionários com professores da rede municipal, a fim de compreender a rotina escolar dos alunos com TEA, suas dificuldades, os apoios existentes e as estratégias utilizadas para favorecer sua inclusão.

A análise do material coletado foi conduzida de forma qualitativa, buscando identificar os principais desafios enfrentados na inclusão escolar de alunos com TEA, bem como as práticas, políticas e condições que podem contribuir para a construção de uma escola mais acolhedora, justa e efetivamente inclusiva. A partir dessa análise, espera-se oferecer subsídios teóricos que fortaleçam a atuação docente frente à diversidade presente no contexto educacional.

O presente trabalho, tem a revisão de literatura estruturada em cinco tópicos. O primeiro tópico traz a introdução, na qual são apresentados o tema, a delimitação do problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa, contextualizando a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de Bento Gonçalves. No segundo tópico, é desenvolvida a fundamentação teórica, abordando os principais conceitos relacionados ao TEA, as teorias do desenvolvimento humano, a relevância da afetividade no processo de aprendizagem e o marco legal que assegura o direito à inclusão escolar. O terceiro tópico detalha a metodologia adotada, descrevendo o tipo de pesquisa, a abordagem utilizada, os instrumentos para coleta de dados, a amostra selecionada e as questões éticas envolvidas. O quarto tópico apresenta a revisão de literatura, que compreende uma análise crítica das estratégias de formação docente, os desafios e avanços na inclusão de alunos com TEA, com especial atenção às políticas e práticas implementadas na rede pública de Bento Gonçalves, incluindo a necessidade urgente de monitores especializados. Por fim, o quinto tópico reúne as considerações finais, onde são expostas as conclusões da pesquisa, ressaltando os

progressos obtidos, as limitações encontradas e propostas para aprimorar a inclusão escolar dos alunos com TEA no município.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 LEI BERENICE PIANA

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). Antes dessa lei, as pessoas com transtorno do espectro autista eram consideradas apenas como pessoas com deficiência, sem legislação específica para suas necessidades.

Conforme o artigo 1º, “esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua consecução” (BRASIL, 2012, art. 1º). A legislação prevê a participação da comunidade na formulação, acompanhamento, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para esse público.

A lei assegura o acesso a serviços de saúde, que incluem diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, terapia nutricional adequada, medicamentos e informações que auxiliem no diagnóstico e tratamento.

No artigo 3º, fica garantido que, “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012, art. 3º). Esse acompanhamento é fundamental para que o estudante com TEA se adapte ao meio escolar e possa aproveitar melhor as oportunidades de aprendizagem oferecidas.

Além disso, o parágrafo 2º do artigo 1º estabelece que “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, art. 1º, § 2º). Dessa forma, a lei garante, além da educação e saúde igualitárias, direitos à moradia, ao mercado de trabalho, à previdência e à assistência social para essa população.

2.2 O AUTISMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento, de origem predominantemente biológica, que afeta aspectos importantes da vida do indivíduo, como: a cognição, a linguagem, a sociabilidade e a capacidade de imaginar e interagir com o mundo ao redor (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; OLIVEIRA, 2018).

Trata-se de um transtorno complexo e multifacetado, que se manifesta de maneiras diferentes em cada pessoa (Bosa, 2002; Schmidt; Capellini; César, 2018).

Embora suas causas ainda não sejam totalmente conhecidas, pesquisas apontam que fatores genéticos desempenham um papel significativo, podendo estar associados a alterações no funcionamento cerebral (American Psychiatric Association, 2014). Além disso, aspectos ambientais, como infecções durante a gestação ou traumas precoces, também são considerados possíveis influências no desenvolvimento do TEA (Oliveira, 2018).

As manifestações do autismo variam bastante. Algumas pessoas podem apresentar comprometimentos mais evidentes, como dificuldades na comunicação verbal e não verbal, comportamentos repetitivos e sensibilidade sensorial aumentada (Silva; Schimidt, 2016). Em certos casos, pode haver também algum grau de deficiência intelectual, além de comportamentos imprevisíveis, como agitação, irritabilidade e dificuldades alimentares ou emocionais (American Psychiatric Association, 2014).

Uma das barreiras para o entendimento social sobre o autismo está no fato de que não há características físicas visíveis que indiquem o transtorno. Isso acarreta julgamentos equivocados, atribuindo aos comportamentos considerados ‘estranhos’ ou ‘inadequados’, a má criação ou a falta de limites, quando na verdade são expressões de uma condição neurológica que exige compreensão, empatia e suporte (Alonso, 2017; Mittler, 2003).

É importante destacar que, embora o TEA envolva desafios significativos, muitas pessoas dentro do espectro também demonstram habilidades surpreendentes em áreas específicas. Há casos de grande aptidão para a música, para cálculos matemáticos ou para memorização detalhada, o que mostra como o potencial dessas pessoas não pode ser subestimado (Grandin, 2006; Gardner, 2011).

Com apoio adequado especialmente da família, da escola e da sociedade, pessoas com TEA podem desenvolver autonomia, formar vínculos afetivos, construir relações sociais e constituir famílias (Carvalho, 2004; Mantoan, 2003). O estímulo contínuo e o reconhecimento de suas capacidades são fatores fundamentais para o fortalecimento da autoestima e para que possam explorar o mundo com mais segurança e confiança (Maturana, 1998; Souza, 2020).

2.3 SINTOMAS DO AUTISMO EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS

Os sintomas do autismo podem variar de acordo com as características e necessidades individuais de cada um e, pelo fato de uma criança apontar alguns desses sintomas, não quer dizer que esta seja autista. O diagnóstico do autismo ou qualquer outra

síndrome deve ser realizado por um especialista da área. As principais características ligadas ao Transtorno do Espectro Autista aparecem com evidência na primeira fase da infância, como:

Atraso no desenvolvimento da fala, dificuldade na interação com seus pares ou familiares, irritação em locais cheios ou barulhentos, fascínio por objetos incomuns, estereotipia vocal e motora, ausência das interações sociais, onde se precisa seguir uma rotina, e comportamentos definidos (American Psychiatric Association, 2014, p. 16).

Possíveis sintomas que o portador de Autismo pode apresentar de acordo com a sua faixa etária:

1. Primeiros seis meses de vida: Passividade ou inquietude demasiadas. A criança não responde com sorrisos ou expressões de felicidade.

2. De seis meses a um ano de vida: Há um atraso no desenvolvimento da linguagem. A criança não balbucia e nem gesticula.

3. De um a dois anos: De acordo com Bosa (2002), apresenta-se falta de contato visual com os pais; demora ou não atende quando é chamado; vive isolado, em um mundo à parte desinteressando-se pelas pessoas ao seu redor. O autor ainda declara que: “[...] isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco.” (Bosa, 2002, p. 31).

4. De três a cinco anos: É o momento mais propício e explícito de se perceber que existe algo de diferente com a criança, principalmente em ambientes de socialização, como a escola. Nota-se a falta de contato visual, pouco interesse pelas pessoas e brincadeiras em grupo, fala muito ou pouco e cópia e repete frases que ouviu.

5. De seis a onze anos: Por tratar-se da faixa etária em que a criança começa a ser alfabetizada, é comum que os professores observem alguns comportamentos, como: a não utilização de gestos, a ausência de amigos, como também, a criança deixa de mostrar tarefas que realizou na aula aos professores, tendo dificuldades de socialização e compartilhamento.

6. De doze a dezessete anos: Na adolescência é comum que o jovem tenha um comportamento diferenciado, porém não é nesta faixa etária que o autismo irá se desenvolver, e sim antes. Os sintomas apresentados pelo autista nesta idade continuam sendo o pouco contato visual, expressões faciais neutras ou incomuns, dificuldade de socialização e de manter amigos, além da falta de empatia.

2.4 O AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

A inclusão implica pedagogicamente a consideração da diferença dos alunos em processos educacionais iguais para todos. O movimento inclusivo na educação traz inúmeros desafios às escolas, em todos os níveis e etapas de ensino, provocando as necessidades de suas práticas e concepções diárias serem revistas.

Como declaram Miranda e Galvão Filho (2017, p. 34): “A inclusão é um processo complexo e esta complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada [...]”, em decorrência, para que a inclusão seja efetiva, é preciso um planejamento adequado, respeitando todas as características do aluno com TEA, em que Menezes (2014, p. 53) expõe ser necessário a fundamentação em três princípios:

Conhecer e estudar as características comuns do aluno; Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado com turma comum; Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais especiais de alunos com autismo.

As instituições de educação estão, aos poucos, tentando se adaptar com a inclusão de crianças especiais em escolas regulares. Os sistemas de ensino têm lidado com a inclusão, principalmente, de alunos que apresentam o transtorno autista, por meio de medidas facilitadoras, como por exemplo, a contratação de profissionais de apoio, cuidadoras e/ou professoras de reforço, o que não resolve e não clareia o desafio da inclusão.

As escolas regulares, em especial as de ensino público, não estão preparadas para receber alunos nos níveis de suas necessidades especiais, exemplo disto está na falta de adaptação curricular, na reformulação de critérios de avaliação, na estrutura física das escolas, na qualificação de profissionais na área e nas estratégias para desempenhar de forma favorável as crianças inclusas.

Considerando as necessidades das crianças autistas, quando inseridas em escolas de ensino regular, estas se deparam com o despreparo de profissionais, a ausência de conscientização e compreensão sobre o mundo particular deles, aliado às carências das escolas, fatores estes, que acabam colocando em risco o futuro destes portadores.

Apesar de todas as barreiras que são impostas na tentativa de incluir uma criança autista, deve-se considerar que, para este sujeito não ir à escola é uma forma de comprometer o seu desenvolvimento. Sabe-se que a criança com autismo é capaz de aprender, porém não se sabe o quanto e o que pode ou não assimilar e compreender. Vale ressaltar que é de suma importância que os alunos com autismo vivam interações normativas, programadas e apoiadas com as crianças de desenvolvimento normal.

Não importa o método, acredita-se que a maioria das crianças com autismo apresentam resultados satisfatórios nos ambientes inclusivos, porém para alcançá-los é necessário esforço e colaboração da equipe de profissionais. Como salienta Alonso (2017, p. 1): “A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.”.

Crianças com estas condições demonstram dificuldades em usar e entender a comunicação não-verbal (gestos, expressões faciais e linguagens corporais), pois elas não mantêm contato visual. Cabe assim, ao professor e à comunidade escolar desenvolver meios de aprendizado prazerosos e acessíveis a estes alunos, para que eles se sintam, realmente inseridos no ambiente escolar.

O professor que se depara com uma criança autista em sala de aula, acaba passando por algumas dificuldades e situações desagradáveis. Mello (2007) apresenta algumas orientações para professores e educadores, de maneira a facilitar o trabalho com os alunos que apresentam este transtorno:

- posicionar o aluno o mais próximo possível do professor;
- dar a ele a oportunidade de ser ajudante do professor;
- fornecer ajuda ao aluno para que possa trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos;
- estimulá-lo a trabalhar em grupo, aprendendo a esperar a sua vez; elogiá-lo sempre.

Os ambientes de aprendizagem devem ser previsíveis e estruturados, fazendo uso de figuras ou símbolos para ajudar às crianças a aprenderem novas habilidades, comunicar-se com mais eficiência e organizar rotinas. Estas características fazem parte do dia a dia dos autistas, pois é por meio da repetição de palavras ou frases que desenvolvem uma sensação de segurança com o meio em que estão inseridos.

A inclusão de crianças com autismo está legalmente garantida, mas a lei sozinha não assegura que as condições necessárias para a inclusão realmente aconteçam na prática, afinal, na inclusão, não é a criança que deve se adaptar à escola, mas, no seu contrário, a escola para recebê-la deve transformar-se a cada dia.

A inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas brasileiras tem se tornado um dos principais e mais complexos desafios no cenário educacional contemporâneo. A

legislação, especialmente a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), reconhece o autista como pessoa com deficiência, garantindo o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino (Brasil, 2012). No entanto, a distância entre o que está garantido em lei e o que se realiza nas práticas escolares ainda é grande.

As escolas públicas, embora enfrentam diversas limitações, vêm promovendo a inclusão por meio de ações como a criação de salas de recursos multifuncionais, contratação de professores de apoio e investimentos em formação continuada. Para Mantoan (2003), incluir é mais do que permitir a presença do aluno com deficiência em sala de aula; é reconhecer e valorizar a diferença como parte da condição humana.

Ainda assim, é evidente que um dos maiores obstáculos para uma inclusão efetiva é a formação docente. Segundo Mittler (2003, p. 159), “[...] não há inclusão sem formação dos professores [...]”, o que reforça a necessidade de capacitação contínua para que o profissional da educação compreenda as especificidades do TEA e adapte suas estratégias de ensino. A ausência de formação adequada, muitas vezes leva ao despreparo e à insegurança dos docentes, que acabam não conseguindo atender de forma eficiente esses alunos.

Além disso, a estrutura das escolas públicas muitas vezes é precária, com turmas superlotadas, falta de material pedagógico adaptado, ausência de profissionais como psicopedagogos e terapeutas, e resistência à mudança na cultura escolar. Oliveira (2001) aponta que a realidade das instituições públicas ainda é marcada por limitações estruturais e resistência de alguns educadores, o que compromete a proposta inclusiva.

Apesar das barreiras, o potencial de desenvolvimento das crianças com TEA é inegável. Como destaca Bosa (2002), a criança com autismo pode aprender; o desafio está em descobrir como ela aprende, respeitando seus tempos e formas de se comunicar com o mundo. O próprio Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela American Psychiatric Association (2014), define o TEA como um transtorno caracterizado por *déficits* persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, o que exige um olhar individualizado sobre cada estudante.

A convivência em ambientes inclusivos também traz benefícios para todos. Stainback e Stainback (1999) defendem que a inclusão promove empatia, respeito às diferenças e solidariedade entre os alunos, contribuindo para uma formação mais humana e cidadã. Assim, o ambiente escolar se torna mais rico em experiências e possibilidades de aprendizagem para todos os envolvidos.

Portanto, embora existam conquistas legais e iniciativas positivas no campo da educação inclusiva, a inclusão de alunos com autismo nas escolas públicas brasileiras ainda

enfrenta desafios significativos. Para que o direito à educação seja plenamente garantido, é preciso que haja investimento em políticas públicas, formação de profissionais e uma transformação na cultura escolar. Como afirma Mantoan (2003), a escola inclusiva é aquela que se transforma todos os dias para receber a todos, e esse é o caminho que ainda precisa ser intensificado.

Para uma inclusão eficaz, é fundamental a colaboração entre escola e família. Essa parceria precisa ser pautada em diálogo, empatia e preparo técnico por parte dos profissionais da educação (Ignácio; Uhmman, 2021). Também é essencial que todos os membros da equipe escolar estejam sensibilizados e treinados para lidar com as necessidades específicas do aluno com TEA, respeitando suas particularidades sem preconceitos (Silva, 2022).

A educação inclusiva é uma construção que desafia práticas tradicionais e exige uma nova postura do educador diante da diversidade. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o direito de estudantes com deficiência de frequentar escolas regulares tornou-se inquestionável.

Como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação social, padrões de comportamento restritivos e interesses específicos, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) o classifica em níveis de suporte (nível 1, 2 ou 3), variando conforme o grau de apoio necessário para que a pessoa possa interagir e funcionar adequadamente em diferentes contextos sociais (American Psychiatric Association, 2014).

É comum observar a necessidade de ajustes na forma de comunicação, maior previsibilidade na rotina e estratégias específicas para lidar com sensibilidades sensoriais como sons altos, que podem causar sobrecarga sensorial. Como expõe Grandin (2006), as pessoas com autismo possuem sistemas sensoriais extremamente sensíveis, em que barulhos considerados normais por neurotípicos podem ser interpretados como agressivos ou invasivos por pessoas com TEA.

A escola necessita ser um ambiente acolhedor, seguro e adaptado às necessidades de todos os alunos. Para isso, é essencial que os profissionais estejam preparados para planejar e desenvolver práticas pedagógicas flexíveis. Segundo Mantoan (2003), a inclusão não se limita à presença física do aluno na sala de aula regular, mas exige que ele participe ativamente do processo de ensino e aprendizagem, com base no respeito à sua singularidade.

2.5 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Um dos maiores desafios enfrentados pelos professores que atuam com alunos inclusos é a formação, tanto inicial quanto continuada. Muitos cursos ainda oferecem apenas conteúdos pontuais sobre inclusão, sem aprofundar práticas pedagógicas aplicáveis no cotidiano escolar. Essa lacuna acarreta a insegurança, o despreparo e as incertezas sobre como os educadores devem lidar com a diversidade em sala de aula.

Segundo Oliveira (2018), os professores precisam mais do que informações teóricas; necessitam de formação integrada que combine teoria e prática, com experiências reais que desenvolvam competências para mediar conflitos, adaptar atividades, reorganizar o tempo pedagógico e estabelecer vínculos com os alunos. O aprendizado docente se consolida no exercício diário, por meio da escuta atenta, da parceria com as famílias e do esforço constante para ensinar de maneira justa. Carvalho (2004) expõe que a colaboração entre escola e família é um dos pilares essenciais para o sucesso da inclusão.

Compreender as necessidades específicas dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer sensibilidade e flexibilidade pedagógica. Em turmas numerosas, ambientes naturalmente ruidosos e com diversos estímulos podem representar um desafio para estudantes com hipersensibilidade, especialmente auditiva. Silva e Schmidt (2016) apontam que esses estímulos podem desencadear reações emocionais desreguladas, dificultando a participação do aluno em atividades coletivas.

Pesquisas indicam que o uso de estratégias como tom de voz suave, sinais visuais e rotinas estruturadas contribui significativamente para o bem-estar e a inclusão desses alunos (Oliveira, 2015; Souza, 2020). A previsibilidade é fundamental para que estudantes com TEA se sintam seguros e preparados para as transições durante o dia escolar (Schaefer; Assis, 2019).

Adaptações na apresentação das atividades como instruções segmentadas, apoio visual e explicações individualizadas favorecem a compreensão e o engajamento, promovendo maior autonomia (Melo; Mantoan, 2012). Esses recursos devem ser planejados colaborativamente, envolvendo o professor regente, equipe pedagógica, família e profissionais de apoio, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

O vínculo afetivo entre professor e aluno também é fundamental para a aprendizagem. Demonstrar paciência, respeitar o tempo do estudante e estar disposto a escutá-lo são atitudes valorizadas por educadores que trabalham com alunos no espectro autista (Del Prette; Del Prette, 2005). Mantoan (2003) e Oliveira (2015) ressaltam que a

inclusão vai além das adaptações curriculares, envolvendo uma transformação nas relações interpessoais e na cultura escolar.

Além disso, a presença de alunos com TEA em turmas regulares pode gerar impactos positivos para toda a comunidade escolar, promovendo: empatia, cooperação e respeito à diversidade (Schmidt; Capellini; César, 2018; Souza, 2020).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), garantir a participação plena dos estudantes com deficiência no ensino regular exige práticas pedagógicas que assegurem seu acesso ao currículo e o desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, a inclusão não se limita à matrícula, mas envolve a construção de ambientes que valorizem a singularidade de cada aluno.

A adoção de recursos como quadros visuais, antecipação das mudanças de rotina e criação de espaços de autorregulação está alinhada às recomendações de Mantoan (2003), que defende a flexibilização curricular e a escuta atenta às necessidades específicas dos alunos. Para a autora, “[...] a escola inclusiva é aquela que se organiza para acolher e ensinar todos, reconhecendo que as diferenças fazem parte da condição humana.” (Mantoan, 2003, p. 27).

Por fim, adaptar o planejamento para contemplar toda a turma e não apenas o aluno com TEA, demonstra um entendimento ampliado da inclusão, em sintonia com o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a criação de atividades acessíveis a todos, eliminando adaptações exclusivas ou paralelas (CAST, 2011).

Como destaca Maturana (1998, p. 23), “[...] a afetividade é o solo onde florescem todas as formas de convivência humana.”. A aprendizagem acontece em ambientes de confiança e acolhimento, sendo a escola um espaço privilegiado para cultivar relações baseadas no respeito, cuidado e amor.

2.6 AUTISMO NA REDE MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES: DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

Por estar inserido em um espectro, o TEA pode se apresentar de forma leve, moderada ou severa, exigindo da escola e dos educadores uma abordagem individualizada, sensível às particularidades de cada aluno.

A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de estudantes com TEA. Mais do que garantir o acesso por meio da matrícula, a inclusão escolar exige a participação ativa desses alunos nos processos de ensino-aprendizagem e na vida cotidiana da escola. Isso implica adaptar práticas

pedagógicas, investir na formação continuada dos profissionais e fortalecer uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças.

No Brasil, esse direito é assegurado por legislações como a Lei nº 12.764/2012 na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que determinam a obrigatoriedade da acessibilidade e de recursos que garantam o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Apesar dos avanços legais, a realidade das escolas ainda impõe muitos desafios.

Em Bento Gonçalves/RS, algumas ações têm sido implementadas com o objetivo de transformar esse cenário. Em novembro de 2023, a Secretaria Municipal de Educação promoveu a formação continuada “*Atualização em TEA com ênfase na gestão de comportamentos na escola*”, destinada a professores da rede pública, profissionais do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e à equipe da Escola Municipal Caminhos do Aprender. A formação foi conduzida pela psicopedagoga e analista do comportamento Claudia Zirbes, que destacou a importância de compreender o funcionamento neurológico dos alunos com TEA como base para planejamentos pedagógicos mais assertivos e humanizados (SMED-BG, 2023).

Segundo Zirbes(2016), entender que pessoas no espectro autista processam o mundo de maneira diferente é essencial para uma atuação ética e empática no contexto escolar. A formação abordou estratégias fundamentadas em evidências, ensino de habilidades sociais e acadêmicas, além da construção de planos de apoio comportamental articulados ao Plano Educacional Individualizado (PEI). A secretária de educação, Adriane Zorzi, reforçou que iniciativas como essa ampliam o repertório dos profissionais em relação ao TEA e contribuem para uma inclusão mais sensível e qualificada.

Sob a perspectiva de Vygotsky(1978), o desenvolvimento humano é mediado pela interação social, o que reforça a importância de vínculos afetivos e mediação pedagógica na aprendizagem dos alunos com autismo. Maturana, por sua vez, enfatiza a afetividade como base das relações humanas, defendendo que o ato de aprender está profundamente vinculado à confiança e ao cuidado. Assim, o afeto entre educador e estudante torna-se elemento central para o sucesso do processo inclusivo.

Além dos aspectos pedagógicos, o ambiente físico e organizacional da escola deve favorecer a previsibilidade, a estrutura e a segurança emocional. Estratégias como rotinas visuais, uso de pictogramas, tempo de adaptação e apoio de profissionais especializados (como professores de apoio e auxiliares) contribuem para o desenvolvimento da autonomia

dos estudantes com TEA.

É importante destacar que a inclusão desses alunos traz benefícios para toda a comunidade escolar, promovendo valores como empatia, respeito às diferenças, solidariedade e cidadania. A construção de uma escola inclusiva demanda o comprometimento coletivo de professores, gestores, famílias e poder público e deve ser entendida como um processo contínuo e transformador.

Além das ações voltadas à formação dos profissionais da educação, Bento Gonçalves tem se destacado pela ampliação de serviços especializados para pessoas com TEA, especialmente por meio do programa estadual TEAcolhe. Uma das conquistas recentes foi a criação do Centro de Atendimento em Saúde (CAS), espaço voltado exclusivamente ao acolhimento e acompanhamento de pessoas com autismo e suas famílias.

Inicialmente previsto para funcionar no Centro de Referência Materno Infantil (CRMI), o CAS foi transferido para uma sede própria no bairro São Bento devido à alta demanda. O serviço conta com uma equipe multiprofissional formada por terapeutas ocupacionais, psicólogos, médicos, enfermeiros e outros especialistas. O encaminhamento dos usuários é feito pelas Unidades Básicas de Saúde e pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), assegurando um fluxo de atendimento mais organizado e eficiente.

De acordo com a assistente social Anaquel Pereira, em entrevista ao *Jornal Semanário* (2025), o Centro de Atendimento em Saúde (CAS) funcionará como uma extensão do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) Girassol, anteriormente responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com o aumento da demanda, inclusive de famílias provenientes de outros municípios da Serra Gaúcha, a criação do novo centro tornou-se essencial para garantir um serviço qualificado e humanizado. O CAS atenderá uma região formada por 22 municípios, fortalecendo a rede de atendimento especializada.

A criação do CAS reflete o compromisso de Bento Gonçalves com a implementação de políticas públicas intersetoriais que promovam não apenas a inclusão escolar, mas também o cuidado integral às pessoas com autismo e suas famílias. Ao oferecer um atendimento regionalizado, sensível às necessidades específicas e com foco na qualidade de vida, o município avança na construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

2.7 A URGÊNCIA DA MONITORIA ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM TEA EM BENTO GONÇALVES/RS: UM DESAFIO ATUAL E INADIÁVEL

Em abril de 2025, o município de Bento Gonçalves enfrenta uma séria dificuldade no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): a ausência de monitores especializados, figuras fundamentais para o acompanhamento individualizado, tem afastado dezenas de alunos da sala de aula. Essa realidade recente e preocupante exige uma resposta urgente das autoridades municipais e educacionais.

Conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança tem direito à educação de qualidade e à permanência na escola, princípios indispensáveis para o desenvolvimento integral (Brasil, 1990). Para os alunos com TEA, a escola representa não apenas um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também um ambiente vital para o crescimento emocional, social e cognitivo, desde que haja os apoios necessários.

Lev Vygotsky (1998), um dos principais teóricos do desenvolvimento humano, ressalta que a aprendizagem ocorre por meio da mediação social e da interação com adultos e pares mais experientes. Em contextos de necessidades educacionais específicas, como no caso do autismo, essa mediação se torna ainda mais relevante. Crianças com TEA precisam de um suporte atento e direcionado para desenvolverem habilidades e construir conhecimento.

Na mesma direção, Jean Piaget (1976) argumenta que o desenvolvimento cognitivo resulta da interação da criança com o meio e das experiências vividas. A ausência de monitoria impede o pleno acesso dessas crianças a essas experiências educativas enriquecedoras, comprometendo diretamente seu desenvolvimento intelectual.

Howard Gardner (2011), ao propor a teoria das inteligências múltiplas, reforça que o ensino deve ser adaptado a diferentes estilos de aprendizagem. Para estudantes que apresentam diferenças cognitivas, como os do espectro autista, é essencial que haja diversidade metodológica e suporte específico. Sem a presença de monitores especializados, a adaptação curricular necessária torna-se inviável, comprometendo a efetividade da inclusão.

Na prática, a falta de monitoria tem forçado muitas famílias a assumir funções educativas para as quais não têm formação adequada.

Diante disso, torna-se imprescindível que o município de Bento Gonçalves tome medidas rápidas e eficazes para garantir a contratação e qualificação de monitores escolares especializados. A permanência dos alunos com TEA na escola, com o apoio necessário, é condição básica para que seus direitos sejam respeitados e suas potencialidades, desenvolvidas.

A inação diante dessa realidade pode aprofundar ainda mais as desigualdades educacionais e comprometer o futuro de crianças que precisam de atenção especial para superar as barreiras impostas pelo transtorno. A inclusão escolar só será efetiva quando

respaldada por políticas públicas coerentes, que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o aprendizado real de todos os estudantes.

2.8 POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM BENTO GONÇALVES: ANTEPROJETO DE LEI DE 2013

Em 27 de novembro de 2013, o vereador Adriano de Souza Nunes, representante do PPS na Câmara Municipal de Bento Gonçalves, apresentou um anteprojeto de lei com o objetivo de instituir a Política Municipal de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta visava assegurar direitos e oferecer serviços específicos à população com TEA, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. A construção do anteprojeto contou com significativa participação da comunidade, especialmente da Associação Gota D'Água, formada por famílias com membros autistas e engajada no fortalecimento de políticas públicas voltadas a essa causa.

Diante das particularidades do TEA, o atendimento à pessoa com autismo requer ações integradas entre os setores da saúde, educação e assistência social, exatamente como previsto na proposta legislativa. O projeto também se fundamentava nos direitos assegurados pela Constituição Federal e pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Na área da saúde, a legislação municipal de Bento Gonçalves institui avaliações precoces para crianças de até dois anos e onze meses, com o objetivo de detectar sinais de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O diagnóstico deve ser realizado por equipes multidisciplinares compostas por especialistas, como neurologistas, psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, além de terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, educadores físicos, musicoterapeutas e instrutores de equoterapia e natação. Caso o Sistema Único de Saúde (SUS) não possa fornecer todos os serviços necessários, a legislação prevê encaminhamentos para redes privadas conveniadas. Ademais, a lei assegura a distribuição gratuita de medicamentos, suplementos nutricionais e fraldas essenciais ao tratamento e cuidado das pessoas com TEA, conforme disposto na Lei Municipal nº 5.620, de 27 de novembro de 2013, que está em conformidade com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013; 2012).

No campo educacional, a proposta defende a inclusão de estudantes com TEA em salas regulares de ensino fundamental, com o apoio de acompanhantes especializados e a

oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no turno inverso. Para garantir essa inclusão de maneira eficaz, está prevista a capacitação contínua dos profissionais da educação, bem como o fornecimento de materiais pedagógicos adaptados às necessidades dos alunos. A proposta também assegura o direito à educação de jovens e adultos com TEA que não foram devidamente escolarizados na infância. No que diz respeito ao transporte escolar, este deverá ser adaptado às especificidades dos estudantes com TEA, incluindo a presença de um auxiliar no veículo e orientações específicas para toda a equipe de transporte, com foco na segurança e no bem-estar dos alunos.

No âmbito da assistência social, o projeto contemplava o apoio psicológico e social às famílias, por meio de parcerias com instituições especializadas. Também estavam previstos programas de integração social e inserção no mercado de trabalho para pessoas com TEA. Para aqueles que perderam vínculos familiares, a política propunha alternativas como programas de adoção acompanhados pelo poder público e a criação de residências assistidas com financiamento público e parcerias. Importante ressaltar que essas alternativas de moradia devem ser consideradas apenas após esgotadas todas as possibilidades de reencontro com a família de origem.

Sobre o transporte urbano, o anteprojeto garantia passe livre para pessoas com TEA e seus acompanhantes, com direito a assentos reservados. Além disso, a capacitação de profissionais do transporte coletivo para o atendimento adequado às necessidades desse público. Também, o fornecimento de um selo de identificação para veículos particulares que transportem pessoas com TEA, garantindo-lhes acesso a vagas especiais.

A proposta incluía ainda campanhas anuais de conscientização sobre o autismo, bem como treinamentos específicos para membros das forças de segurança pública como a polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros a fim de promover um atendimento mais qualificado em situações emergenciais envolvendo pessoas com TEA. Para orientar as políticas públicas, seria criado um cadastro municipal das pessoas com TEA, o que permitiria um planejamento mais eficiente das ações. Também se previa o estímulo a pesquisas e projetos interdisciplinares em parceria com universidades locais, visando ao avanço do conhecimento e ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos.

Por fim, o projeto autorizava o município a firmar convênios com instituições públicas e privadas para assegurar a implementação das ações previstas. Tratava-se de um avanço expressivo na garantia dos direitos das pessoas com autismo, ao propor uma rede de atendimento articulada e humanizada que contempla as singularidades dos indivíduos, o apoio às famílias e o engajamento da sociedade em favor de uma inclusão plena e cidadã.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro ainda se apresenta como um desafio complexo, que envolve questões pedagógicas, estruturais, sociais e emocionais. Embora as legislações como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) tenham representado avanços importantes no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a realidade nas escolas, especialmente da rede pública, revela que a efetivação desses direitos ainda enfrenta muitos obstáculos.

Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que o autismo é um transtorno multifacetado, com manifestações que variam conforme a idade e as características individuais de cada criança. Isso exige das escolas uma postura sensível e atenta, capaz de adaptar práticas pedagógicas, organizar o ambiente escolar de forma acolhedora e promover interações que respeitem e valorizem a singularidade de cada aluno.

A formação dos professores surgiu como um dos principais pontos de atenção. A presença tímida de conteúdos relacionados à educação inclusiva na formação inicial dos docentes ainda limita a capacidade dos profissionais de atuarem de forma segura e preparada diante da diversidade. Ampliar e qualificar essa formação, tanto nos cursos de licenciatura quanto na formação continuada, é um passo urgente para garantir práticas realmente inclusivas.

Outro fator preocupante, especialmente no contexto investigado, é a carência de monitores escolares especializados, como ocorre atualmente no município de Bento Gonçalves. A ausência desse profissional compromete não apenas a aprendizagem do aluno com TEA, mas também sua permanência na escola, afetando o direito à convivência e à participação plena no ambiente escolar. O monitor desempenha um papel essencial ao auxiliar na comunicação, na socialização e nas adaptações do cotidiano escolar.

É importante reconhecer que a inclusão não se resume a aceitar a presença de alunos com deficiência na sala de aula. Ela implica em transformar a lógica da escola, repensar práticas, rever posturas e investir em uma estrutura que valorize cada sujeito em sua singularidade. Essa transformação demanda o envolvimento de todos: professores, equipe gestora, famílias, profissionais de saúde e as próprias políticas públicas, que precisam garantir os recursos necessários para que a inclusão aconteça de fato.

Além disso, quando a escola se organiza para incluir, toda a comunidade escolar se beneficia. Valores como empatia, respeito, cooperação e solidariedade são fortalecidos, promovendo uma convivência mais rica e significativa. Assim, a presença de alunos com TEA deixa de ser vista como um desafio isolado e passa a ser uma oportunidade de crescimento coletivo.

Durante a escrita deste trabalho, foi possível notar a dificuldade em encontrar materiais específicos relacionados ao TEA no município de Bento Gonçalves. Embora existam reportagens de jornais locais que abordam temas como a falta de monitoramento para crianças com TEA nas escolas e a escassez de profissionais dedicados à área, foi possível perceber a falta de relatos mais aprofundados sobre o cotidiano dessas crianças no ambiente escolar. O município promove palestras sobre o autismo apenas no mês de conscientização, porém acredita-se que essa temática deve ser abordada continuamente, não só nas escolas, mas em diversos espaços da comunidade.

Falar tanto em inclusão sem, de fato, saber como incluir de maneira efetiva qualquer pessoa, revela um desafio real. Considera-se importante, inclusive, a realização de pesquisas locais, como um levantamento por meio de questionários com professoras, para entender melhor a rotina dos alunos com TEA, suas dificuldades e as metodologias adotadas para incluí-los nas atividades junto aos colegas. Esse levantamento pode ser uma excelente proposta para continuidade em uma futura pós-graduação, aprofundando o conhecimento sobre a inclusão no município.

É pertinente destacar que Bento Gonçalves deveria se mobilizar mais intensamente sobre a questão da inclusão, promovendo palestras e formações continuadas a partir da Secretaria da Educação, contemplando todos os profissionais envolvidos. É fundamental que saibamos como receber esses alunos em nossas salas e que os profissionais se moldem para atender às suas necessidades, pois não cabe ao aluno adaptar-se ao ambiente escolar, mas sim à escola adaptar-se ao aluno.

Por fim, ressalta-se que os professores também devem buscar continuamente conhecimento para compreender melhor a inclusão e trazer o melhor para esses alunos. A inclusão não se resume a aceitar a presença dos estudantes com deficiência, mas implica uma transformação real na escola, baseada em ética, humanidade e justiça social, garantindo o direito de todos à educação de qualidade e à participação efetiva na sociedade.

Este estudo, portanto, reforça a urgência de repensarmos a prática educacional, com base no compromisso ético com a diversidade. E, garantir às crianças com TEA o acesso à

educação de qualidade e à participação efetiva na escola é assegurar a construção de uma sociedade mais democrática, sensível e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. **Os desafios da educação inclusiva**: foco nas redes de apoio. 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENTO GONÇALVES. Câmara Municipal. Anteprojeto de Lei nº 315/2013, de 27 de novembro de 2013. **Institui a Política Municipal de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências**. Bento Gonçalves: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: https://sapl.camarabento.rs.gov.br/media/sapl/public/materialegislativa/2013/5620/5620_texto_integral.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

BOSA, C. A. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BRASIL. **Lei nº 15.131, de 29 de abril de 2025**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para especificar a nutrição adequada e a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista. Brasília: 2025.

CARVALHO, R. E. de. **Família e escola**: uma relação necessária. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines**. Center for Applied Special Technology, 2011. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais na infância**: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANDIN, T. **Pensando em imagens e outras informações sobre minha vida com autismo**. São Paulo: ARX, 2006.

IGNÁCIO, A.; UHMANN, S. L. Transtorno do espectro autista e família: relação que contribui (ou não) para a inclusão escolar. **Revista Cadernos Macambira**, v. 6, n. 1, p. 174-369, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MATURANA, H. **A ontologia do amar**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MECENAS, E. C. de S. Formação de professores e inclusão escolar: reflexões sobre desafios e possibilidades. *In*: LOPES, C. G.; FABRÍCIO, B. L. de O. (orgs.). **Inclusão e educação especial: políticas, práticas pedagógicas e formação de professores**. Porto Alegre: Penso, 2016. (p. 81-94).

MELO, E. F.; MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar e formação de professores: reflexões e experiências**. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, M. T. E. **Inclusão escolar e necessidades educativas especiais**. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, M. C. P. de. **Educação inclusiva e o transtorno do espectro autista: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, M. R. **Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem sobre o cuidado e a assistência**. Revista Brasileira de Enfermagem, 2018.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

SCHAEFER, L. S.; ASSIS, B. A. de. Rotina estruturada e suporte visual como estratégias de inclusão de alunos com TEA. **Revista Educação Especial**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 123–138, 2019.

SCHMIDT, C.; CAPELLINI, S. A.; CÉSAR, A. M. R. A inclusão escolar de alunos com TEA: uma revisão da literatura científica brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 573–590, 2018.

SILVA, F. C.; SCHMIDT, A. Sensibilidade sensorial em alunos com TEA e estratégias educacionais de apoio. **Revista Educação e Pesquisa**, [S.l.] v. 42, n. 2, p. 211–228, 2016.

SOUZA, R. M. **Educação inclusiva**: práticas pedagógicas para o ensino de alunos com autismo. Curitiba/PR: CRV, 2020.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.